

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.857 - SP (2019/0233213-2)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : VITOR CARPINTERO GARCIA LOBATO
ADVOGADO : LUCAS GIOLLO RIVELLI E OUTRO(S) - SP212992
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : FILIPE PAULINO MARTINS E OUTRO(S) - SP329160

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por VITOR CARPINTERO GARCIA LOBATO contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não admitiu recurso especial, fundado na alínea “a” do permissivo constitucional e que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 337):

Apelações – Ação declaratória de nulidade de ato administrativo c/c pedido de tutela antecipada – Concurso público - Candidato ao cargo de Soldado da Polícia Militar – Inaptidão no exame psicológico – Perfil psicológico constante do edital – Critérios objetivos seguidos pelos avaliadores – Inocorrência de irregularidade do ato administrativo - Legalidade na desclassificação – Candidato considerado inapto por não se enquadrar nos níveis adequados aos parâmetros exigidos nos seguintes quesitos: Domínio Psicomotor: Inadequado; Autoconfiança: Diminuído; Disposição para o Trabalho: Diminuído; Potencial de Liderança: Diminuído; Relacionamento Interpessoal: Diminuído (fls. 126) - Alegação de inexistência de “lei formal” prevendo a avaliação psicológica – Descabimento – Exame previsto no art. 3º, parágrafo 1º, item 2, do Decreto Estadual n. 41.113/96, que regulamentou o art. 2º da Lei Complementar Estadual n. 697/1992 – Ausência de violação ao princípio da legalidade ou à Súmula Vinculante n. 44 do C. STF - Vedação ao Poder Judiciário de interferir ou alterar regras previstas em edital legalmente elaborado – Pagamento dos vencimentos retroativos que não se sustenta – Inviabilidade – Candidato não prestou serviço à Administração Pública – Precedentes deste E. TJSP e desta E. 11ª Câmara de Direito Público - Sentença de parcial procedência reformada - Recurso do autor improvido e da ré provido para julgar improcedente a ação.

Rejeitados os aclaratórios (e-STJ fls. 400/406).

No especial obstaculizado, a parte recorrente apontou violação dos arts. 489, § 1º, IV, 1.022, *caput*, II, e parágrafo único, II, do CPC/2015, sustentando negativa de prestação jurisdicional.

Depois de contra-arrazoado, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de não cabimento, no tocante à matéria constitucional, suficiente prestação jurisdicional e incidência da Súmula 7 do STJ (e-STJ fls. 441/442).

Na presente irresignação, a parte agravante alega, em resumo, a inadequação de aludidos fundamentos.

Contraminuta às e-STJ fls. 487/489.

Passo a decidir.

A irresignação recursal não comporta acolhida.

Quanto à alegada ofensa aos arts. arts. 489, § 1º, IV, 1.022, *caput*, II, e parágrafo único, II, do CPC/2015, cumpre destacar que, ainda que o recorrente considere insubsistente ou incorreta a fundamentação utilizada pelo Tribunal nos julgamentos realizados, não há necessariamente ausência de manifestação. Não há como confundir o resultado desfavorável ao litigante com a falta de fundamentação.

Consoante entendimento desta Corte, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações das partes nem tampouco a rebater um a um todos os seus argumentos, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como ocorre na espécie. Nesse sentido: AgRg no AREsp 163.417/AL, relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Primeira Turma, DJe 29/09/2014.

In casu, o Tribunal de Justiça entendeu que "conforme determinação expressa na Lei Complementar nº 697/92, o Decreto nº 41.113/96 regulamentou o art. 2º e estabeleceu os requisitos para ingresso na carreira policial, concluindo-se pela ausência de violação ao princípio da legalidade ou à Súmula Vinculante 44 do STF" (e-STJ fl. 342).

Pontuou, ainda, que, "da análise dos autos, restou comprovado que o exame psicológico não se resumiu a uma simples entrevista pessoal com os avaliadores, mas na avaliação de características pessoais, emocionais e atitudinais que o candidato necessita possuir para o pleno desenvolvimento da função". Pontuou, ainda que, "o resultado pelo qual o autor foi considerado inapto baseou-se nos seguintes quesitos: 'Domínio Psicomotor: Inadequado; Autoconfiança: Diminuído; Disposição para o Trabalho: Diminuído; Potencial de Liderança: Diminuído; Relacionamento Interpessoal: Diminuído' (fls. 126)", tendo rematado que "a avaliação psicológica utilizou instrumentos validados pelo Conselho Federal de Psicologia, cientificamente respaldado e foi realizada em conformidade com os princípios éticos inerentes aos profissionais da área" (e-STJ fl. 339).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial. Caso exista nos autos prévia fixação de honorários sucumbenciais pelas instâncias de origem, majoro, em desfavor da parte recorrente, em 10% (dez por cento) o valor já arbitrado (na origem), nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo, bem como os termos do art. 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator